



## **Relatório de Gestão – 2015**

### **1. ENQUADRAMENTO ECONOMICO**

As projeções para a economia portuguesa publicadas pelas diversas instituições nacionais e internacionais apontam para a continuação do processo de recuperação gradual da atividade económica iniciado em 2013. Após um crescimento de 0,9 por cento do PIB em 2014, prevê-se uma aceleração para 1,7 por cento em 2015, seguida de crescimentos de 1,9 e 2,0 por cento em 2016 e 2017, respetivamente.

O crescimento da economia portuguesa ao longo deste período é próximo das projeções para a área do euro divulgadas pelo Banco Central Europeu (BCE).

As projeções enunciadas contemplam a manutenção do ajustamento de alguns desequilíbrios da economia portuguesa. As exportações deverão registar um crescimento robusto, reforçando a tendência recente de transferência de recursos produtivos para os setores da economia que estão mais expostos à concorrência internacional.

Em resultado, manter-se-á a capacidade de financiamento da economia portuguesa e, desta forma, a redução sustentada dos níveis de endividamento externo. A procura interna privada deverá apresentar um ritmo de crescimento compatível com a continuação da desalavancagem dos agentes económicos privados (famílias e empresas não financeiras). O maior crescimento nominal da economia, a prevalência de taxas de juro historicamente baixas e a existência de saldos primários positivos permitirão o início do processo de redução da dívida pública em percentagem do PIB. Finalmente, o crescimento projetado para a economia portuguesa é compatível com uma progressiva redução da taxa de desemprego, não obstante a sua persistência em níveis elevados.

A inflação manter-se-á em níveis reduzidos, mas com tendência de aumento gradual até ao final do horizonte de 2017, para valores ainda assim inferiores aos projetados para o conjunto da zona do euro.

Assim tudo aponta para a continuação da recuperação moderada da atividade económica iniciada em 2013, antecipando-se um ritmo médio de crescimento próximo do projetado para a área do euro. O crescimento na economia portuguesa deverá ser assente na manutenção de um crescimento robusto das exportações, a par de uma recuperação da



procura interna. Esta evolução é compatível com uma capacidade líquida de financiamento externo, condição fundamental para a manutenção do acesso aos mercados de financiamento em condições de normalidade.

Adicionalmente, ao crescimento nominal projetado para o PIB e à redução da taxa de juro implícita na dívida, conjugada com a manutenção de um excedente primário, à semelhança do verificado desde 2013, contribuirão para uma redução da dívida pública a partir de 2015 e que se espera poder manter a trajetória no ano de 2016.

Nos últimos anos, a economia portuguesa verificou progressos significativos na correção de alguns desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, em particular a obtenção de excedentes nas contas externas, a orientação de recursos para setores com maior exposição à concorrência internacional e a manutenção do processo de consolidação orçamental. Não obstante, o potencial de crescimento da economia portuguesa continua condicionado pela necessidade de manutenção da redução do endividamento no setor público e no setor privado, pelas perspetivas desfavoráveis quanto aos desenvolvimentos demográficos, pelo elevado nível de desemprego de longa duração, bem como pelos limitados níveis de capital produtivo por trabalhador, após um longo período de quedas acentuadas do investimento.

Neste contexto, a economia portuguesa deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores.

O sucesso da economia portuguesa dependerá sobretudo da capacidade para aumentar a quantidade e qualidade dos recursos produtivos, da prossecução de reformas estruturais que promovam de forma sustentada e equitativa o crescimento económico, bem como de uma condução das políticas económicas que preserve os equilíbrios macroeconómicos fundamentais.

## **2. - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA**

CAIS INVEST, E.E.M.- em liquidação , Pessoa Coletiva com o número 512.097.666, com sede na Alameda 10 de Novembro de 154 – Edifício dos Paços do Município, na Vila de S. Roque do Pico, teve o seu início de atividade em 2007, teve como objeto a

**CAIS INVEST – EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICIPIO  
DE SÃO ROQUE DO PICO E.E.M. – EM LIQUIDAÇÃO**



conceção e construção de diversos empreendimentos públicos no Concelho de S. Roque do Pico.

Os projetos desenvolvidos no âmbito da empresa, tiveram como objetivo a execução diversos Equipamentos coletivos de primordial interesse para o Concelho de S. Roque do Pico, colocando-os em funcionamento e ao serviço da comunidade local e de quem visita o Concelho.

No entanto, com a entrada em vigor da lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, a Cais Invest EEM- Em Liquidação, cumpriu os requisitos para a sua dissolução, tendo sido em finais de fevereiro de 2013 deliberado em Assembleia Municipal a dissolução da Cais Invest EEM com entrada em liquidação.

O Ativo não corrente ascendeu em 31 de Dezembro de 2015 a 3,139 milhões de euros, encontrando-se o financiamento com um saldo no valor de 3,226 milhões de euros.

O capital estatutário da empresa é de 50.000 €, totalmente subscrito do seguinte modo em 31 de Dezembro de 2015:

**Estrutura Accionista**

Entidade	Cap. estatutário	%
Município de S. Roque do Pico	50.000,00	100,00%
	50.000,00	100%

**3- ACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Não ocorreram acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2015 que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.



#### **4 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE**

Durante o ano de 2016 será marcado pelo processo de conclusão da liquidação da empresa, a qual não foi possível de operacionalizar até 28 de fevereiro de 2016 , tal como se pretendia , por dificuldades de operacionalização do processo da assunção do passivo bancário pelo acionista único , situação esta que depende até á presente data do consentimento prévio do BCP MILLENIUM, sendo que a liquidação da empresa tem de ocorrer obrigatoriamente até agosto de 2016.

Ao nível de recursos humanos, a sociedade em 31 de dezembro de 2015, não conta com qualquer recurso humano.

#### **5 - BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA**

A empresa tem cumprido a regra do equilíbrio, situação esta obrigatória ao abrigo da Lei 50/2012 de 31 de agosto, conforme provam os elementos contabilísticos e financeiros.

- O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2015, situou-se nos 3,307 milhões de euros.

#### **6 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL**

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.



## **7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Foi apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, um resultado antes de impostos de 0,00 euros e um resultado líquido de -2,60 euros, o que resulta de um imposto de IRC de 2,60 euros, sendo que deverá aplicado em resultados transitados o valor de -2,60 euros.

Como nota final, O liquidatário nomeado aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.

S. Roque do Pico, 20 de março de 2016

O Liquidatário Nomeado

